

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 10ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Igreja de Deus no Brasil

1.2 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2017

Presidência do Deputado Missionário Marcio Santiago

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras Bispo Ado Alessandro Martins – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado Missionário Marcio Santiago.

Abertura

O presidente (deputado Missionário Marcio Santiago) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Igreja de Deus no Brasil, pelo seu trabalho e atuação na sociedade.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. bispo Ado Alessandro Martins, representando a Igreja de Deus no Brasil; Luís Gustavo Riani, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo; e vereador Carlos Henrique, de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo institucional da Igreja de Deus no Brasil.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Missionário Marcio Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Sr. Bispo Ado Alessandro Martins; Exmo. Sr. Luís Gustavo Riani, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo; Exmo. Sr. Carlos Henrique, vereador de Belo Horizonte; pastores e pastoras; bispos; obreiros; irmãos em Cristo.

É com grande satisfação que estamos reunidos nesta noite para homenagear, pelo seu aniversário de 130 anos, essa instituição, essa igreja que tem realizado um trabalho tão bonito no Estado de Minas Gerais, no Brasil, no mundo. Agradeço aos senhores por estarem aqui prestigiando esta homenagem, que está sendo feita pela Assembleia Legislativa.

Em todos os lugares a que temos ido, temos dito que a igreja evangélica tem feito um trabalho social relevante no Brasil. Hoje, a qualquer igreja em que for, você se depara com a libertação de uma vida, com a transformação de uma vida, com cura, restauração de famílias, de lares, resgate de pessoas envolvidas na criminalidade, nos vícios, na marginalidade. Nós dizemos que a igreja tem uma participação social muito grande em todos os segmentos da sociedade. E isso se deve ao trabalho de cada um de vocês, pastores, que doam as suas vidas em favor do próximo.

Está aqui também o pastor José Berto, o bispo Urbano – desculpem-me a falha de memória –, que esteve conosco em nosso gabinete. E, com alegria muito grande, nós conhecemos um pouco a história da Igreja de Deus em Juiz de Fora. Pastor, nós tivemos o privilégio de estar ali, visitando o senhor, e conhecemos um pouco do trabalho que tem sido feito. E hoje são 130 anos de uma história tão bonita, de uma história linda, que tem se consolidado neste estado e neste país.

Quero deixar aqui os meus mais sinceros votos de felicidade e dizer que estou orando pelos senhores. Peço também a oração dos pastores pelo nosso ministério, para que Deus possa continuar abençoando a vida de cada um de vocês, para que, por meio de vocês, muitas vidas sejam alcançadas, sejam resgatadas. E que esse ministério possa a cada dia crescer e se multiplicar por toda esta terra, em nome de Jesus.

Saibam que aqui vocês têm um irmão em Cristo. E a Bíblia diz: “Oh! quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”. Então estou aqui para deixar as minhas homenagens e dizer que vocês têm aqui um irmão em Cristo, para que possamos juntos, de mãos dadas, fazer com que o reino de Deus cresça a cada dia aqui nesta terra.

Que Deus abençoe vocês! Muito obrigado pela presença. E que Deus continue abençoando, e que a Igreja de Deus possa a cada diaabençoar as nossas Minas Gerais e o nosso Brasil. Que Deus nos abençoe, gente!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Missionário Marcio Santiago, neste ato representando o presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. bispo Ado Alessandro Martins. A placa contém os seguintes dizeres: “Quando a espiritualidade e a fé se materializam em ações que buscam o bem comum, a religião encontra o seu verdadeiro sentido. É por essa razão que a Igreja de Deus, fundada em 1886, além de ser porta-voz incansável dos princípios bíblicos, atua arduamente na assistência social por meio da manutenção de orfanatos, creches, asilos e centros de

recuperação para moradores de rua e dependentes químicos. Com 451 igrejas organizadas e 346 congregações não autônomas no Brasil, a instituição é uma referência no acolhimento e na instrução de famílias e na formação de líderes cristãos. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância da Igreja de Deus no Brasil para o Estado e para o País, rende a ela justa homenagem”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Bispo Ado Alessandro Martins

Exmo. Sr. deputado Missionário Marcio Santiago, autor do requerimento que solicitou a realização desta solenidade, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes; Exmo. Sr. Luís Gustavo Riani, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Estado de Governo; Exmo. Sr. Carlos Henrique, vereador de Belo Horizonte; e a todos que aqui estão, bispos pastores, evangelistas, membros e líderes da igreja, uma boa noite a todos.

Eu creio que o Nosso Senhor tem sido muito bondoso conosco. Interessante que, recentemente, um pastor amigo me deu uma aula muito interessante a respeito da equipe de Fórmula 1 da Ferrari. Em algumas situações de nossas vidas, um homem levanta um troféu. Em algumas situações de nossas vidas, como acontece comigo hoje, representando uma igreja, eu levanto uma placa. Mas todos nós somos vencedores em Cristo Jesus, porque participamos da mesma obra, da mesma seara. Não existe aqui ninguém maior ou menor que tenha maior ou menor importância para o Nosso Senhor, porque todos, absolutamente todos, trabalhamos para o mesmo Deus. Estive pensando hoje: por que nós fazemos isso? Por que a igreja continua a fazer esse trabalho? Simplesmente por uma única coisa: pelo amor. Nós não trabalhamos pelo dinheiro, não trabalhamos por posições sociais. Em algumas situações, nós olhamos para as nossas histórias e pensamos: estamos gastando a vida aqui. Por que tudo isso? Qual é o fator motivacional que nós temos para continuar a fazer o que estamos fazendo? É o amor, o amor a Deus e o amor à vocação. Bem dizia o filósofo Aristóteles – ele dizia uma coisa muito interessante: “Onde as necessidades do mundo e o seu talento se encontram, aí está a sua vocação”. Nós não preenchemos requisitos humanos, nós não fomos indicados por ninguém, o Senhor nos escolheu. É por isso que fazemos o nosso trabalho com tanta alegria, com tanta vontade, com tanto esmero.

E, nesta noite de tanta honraria por parte desta Casa, que passa a fazer parte da nossa história, e por parte do deputado Missionário Marcio Santiago, que se tornou um amigo, a partir de hoje, deste instante em que estamos aqui, nós escrevemos mais uma página dessa história, uma página que deverá ser lembrada com muita alegria. Hoje nós somos honrados.

Mas dizia também Aristóteles outra coisa interessante: “A grandeza do homem não consiste em receber honra, consiste em merecer a honra”. E eu creio que a Igreja de Deus no mundo e no Brasil tem trabalhado com muito esforço para merecer essa honra que vem do Senhor. O apóstolo Paulo nos adverte dizendo: “Mais nos importa agradar a Deus que aos homens”. Mas ele também nos ensina que podemos ser honrados por tudo aquilo que fazemos para Deus e pelos homens. A cruz tem os dois sentidos: um sentido vertical, que é a adoração a Deus; e o sentido horizontal, que significa que nós precisamos cuidar uns dos outros, trabalhar com a nossa comunidade, com a nossa sociedade.

Quero dizer a todos vocês que nós fazemos parte de uma grande história. Deus é conosco, nós vamos fazer muito melhor. Deus abençoe a todos. Muito obrigado pela palavra.

O locutor – Com a palavra, o deputado Missionário Marcio Santiago, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes.

Palavras do Presidente

Este é um momento especial para esta Assembleia, quando homenageamos uma de nossas mais valiosas instituições religiosas, a Igreja de Deus no Brasil.

Seu rápido crescimento pelo Estado nos últimos anos, graças à dedicada ação evangelizadora do bispo Ado Alessandro Martins, demonstra como sua palavra e seu ministério vêm atuando direta e positivamente sobre as famílias de Minas Gerais. A Igreja de Deus no Brasil tem se destacado pela implementação dos mais elevados princípios éticos e morais junto aos seus fiéis, fundamentos de conduta imprescindíveis neste momento conturbado por que o país atravessa. É a construção do caráter, ao qual se dedica a igreja em sua missão educadora, a maior e melhor aposta para um país comprometido com suas futuras gerações. As grandes questões da vida, abordadas com respeito, aceitação e fé, representam o sólido alicerce da cidadania solidária, em que todos se tornam responsáveis pelo cuidado generoso com o bem comum neste urgente momento de reconstrução nacional.

É assim que a caridade expressa na prática assistencial, que tem criado creches, asilos e centros de recuperação para dependentes químicos ou moradores de rua, caracteriza essa presença evangélica que vem nos surpreendendo imensamente pelo raro exemplo de amor e partilha. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar a apresentação do grupo de louvor Conjunto Cristina, da Cidade de Santa Luzia, que apresentará as seguintes músicas: *Em teus braços*, composição de Laura Souguellis; *Hallelujah*, composição de Leonardo Cohen; *Renascer Praise – Há um lugar*, composição de Oseas Carvalho e Mônica Körber.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/3/2016

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do §1º, do art. 132, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.190/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, no Município de Ibitiré, a necessidade de implantação do transporte de passageiros sobre trilhos, conforme solicitado pela Associação Trem Bão de Minas – ATBM;

nº 5.191/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos atingidos pela Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da hidrelétrica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2016.

Marília Campos, presidenta – Doutor Jean Freire – Fábio Cherem.

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017**

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e Cabo Júlio (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a suposta prática de abuso de autoridade e assédio moral por parte do 1º-Ten. Juliano Ricardo Costa, em desfavor da Sgt. Raquel Aparecida Vasconcelos, em episódio ocorrido no dia 3/11/2016. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.818, 6.819, 6.820, 6.822, 6.823, 6.824 e 6.826/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência informa que, a pedido do deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, a audiência pública não será realizada devido à ausência de um dos convocados. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.220/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação que envolve os profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS – que atuam na Região Metropolitana de Belo Horizonte e que vêm sendo coagidos a apresentar ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude todos os casos de mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelo sistema, ocasionando diversos casos de mães separadas de seus filhos logo após o parto;

nº 8.221/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública em Itabira para debater os questionamentos da população sobre o local em que está sendo instalada uma unidade da Apac nesse município;

nº 8.222/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada visita à localidade conhecida como Vale das Cancelas, no Município de Grão-Mogol, para verificar os conflitos fundiários existentes nesse local;

nº 8.223/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos moradores do loteamento Manoel Brandão, em Pedro Leopoldo, que adquiriram lotes através da Imobiliária Tennessee Empreendimentos há cerca de 10 anos, e o pedido de reintegração de posse ajuizado por essa empresa contra os proprietários.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Cabo Júlio.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 16/5/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.092/2017, do governador do Estado, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais e na Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer das Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.922, 5.923, 5.936, 5.937 e 6.008/2016, do deputado Cabo Júlio; 6.914 e 6.933/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.981 e 6.982/2017, do deputado Noraldino Júnior; 6.985 e 6.986/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; e 6.999 e 7.008/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.672/2016 e 6.626, 6.850 e 6.851/2017 do deputado Noraldino Júnior; 4.822/2016, da Comissão de Minas e Energia; 5.867/2016, do deputado Elismar Prado; 6.571/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 6.646 e 6.799/2017, do deputado Bosco; 6.828/2017, da Comissão de Participação Popular; 6.861/2017, do deputado Gustavo Santana; 6.865/2017, do deputado Douglas Melo; 6.870/2017, da deputada Ione Pinheiro; e 6.901 a 6.904 e 6.906 a 6.908/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.972/2016, do deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 6.871 e 6.872/2017, da deputada Ione Pinheiro; 6.874/2017, da deputada Marília Campos; 6.971/2017, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 6.997/2017, do deputado João Vítor Xavier; e 7.028/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.397/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.558/2016, do deputado Dilzon Melo.

Requerimento nº 7.045/2017, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 7.042/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/5/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/5/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 6.859/2017, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Braulio Braz, Fábio Avelar Oliveira e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 16/5/2017, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o cronograma das obras da MG-050 e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2017.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 45/2017, de Elizabeth Dias Munaier Lages para Compor o Conselho Estadual de Educação**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Arlete Magalhães, Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Durval Ângelo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2017.

Coronel Piccinini, presidente “ad hoc”.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.683/2016

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, com sede no Município de Januária, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.683/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Riacho da Cruz, com sede no Município de Januária.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover o desenvolvimento socioeconômico local, integrando os seus membros no mercado de trabalho; e combater a fome e a pobreza, através da distribuição de alimentos e do incentivo ao plantio de árvores frutíferas e hortas comunitárias.

A associação objetiva, ainda, desenvolver ações específicas para a melhoria da agricultura na comunidade, adquirindo e distribuindo sementes e insumos, além de promover a agricultura sustentável, a produção e a comercialização dos produtos locais de forma conjunta para atender os pequenos produtores rurais de sua área de atuação.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos pequenos produtores rurais da região, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.683/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2017.

Gustavo Santana, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Leticia Pires de Sousa Costa, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Andrea Glaucia Pereira Marques, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Camila Lopes Freire, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Inês Pereira Ferreira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Luiz Mário de Andrade Pádua, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/5/2017, na pág. 11, onde se lê:

“Denise da Silva Alfredo Avelar”, leia-se:

“Denise da Silva Aleixo Avelar”.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.800/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/5/2017, na pág. 19, onde se lê:

“Deputado Durval Ângelo – PT –, Líder do Governo – Deputado Cristiano Silveira – PT –, Presidente da Comissão de Direitos Humanos – Deputado Rogério Correia – PT –, 1º-Secretário – e outros”, leia-se:

“Deputado Durval Ângelo – PT –, Líder do Governo – Deputado Cristiano Silveira – PT –, Presidente da Comissão de Direitos Humanos – Deputado Rogério Correia – PT –, 1º-Secretário – Deputado Celinho do Sinttrocel – PCdoB – e outros”.

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/5/2017, na pág. 24, sob o título “OFÍCIO”, onde se lê:

“Do Sr. João Magalhães”, leia-se:

“Do deputado João Magalhães”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/5/2017, na pág. 42, onde se lê:

“Fernanda Grazielle Sant'Ana”, leia-se:

“Fernanda Grazielle Sant'Ana Drumond”.